

A participação de professoras negras nos programas de pós-graduação da UFMG

RESUMO

Fernanda Aparecida de Souza

E-mail:
fernandasouzaeduc@gmail.com
Universidade Federal de Minas
Gerais, Belo Horizonte, Minas
Gerais, Brasil

Silvani dos Santos Valentim

E-mail:
silvanisvalentim@gmail.com
Centro Federal de Educação
Tecnológica de Minas Gerais, Belo
Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Este artigo teve como objetivo analisar a presença de professoras negras nos programas de pós-graduação stricto sensu da UFMG, tendo em vista a necessidade de estudos que mapeiem a presença de mulheres negras em espaços institucionalizados de produção de conhecimento e também atualizem o debate acerca da falta de diversidade étnico-racial nas universidades brasileiras. Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se um mapeamento do corpo docente nos sítios eletrônicos dos programas e, posteriormente, a identificação do pertencimento racial das professoras, segundo a autodeclaração informada no Currículo Lattes. Os dados obtidos evidenciam exclusão e segregação de professoras negras no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Analisados à luz da interseccionalidade, verifica-se uma complexa dinâmica que estrutura e opera as relações sociais neste contexto de atuação profissional

PALAVRAS-CHAVE: Professoras negras. Produção de conhecimento científico. Pós-graduação stricto sensu. Interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo teve como objetivo analisar a participação de professoras negras (autodeclaradas pretas¹) nos programas de pós-graduação stricto sensu (PPGs) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo em vista a necessidade de estudos e pesquisas que mapeiem a presença de mulheres negras em espaços institucionalizados de produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que atualiza o debate acerca da falta de diversidade étnico-racial nas universidades brasileiras, situação essa apontada por diversos autores como Verônica Maria da Silva Gomes (2004), Elisabeth Santos Natel (2014), Viviane Angélica Silva (2015), Maria Simone Euclides e Joselina da Silva (2016), mas pouco problematizada em profundidade.

A produção acadêmico-científica sobre mulheres negras no Brasil volta-se prioritariamente para aspectos que evidenciam a condição de subalternidade desse grupo. Quando se faz alusão a elas em estudos e pesquisas no campo das relações raciais, no geral, mulheres negras aparecem como participantes de profissões com baixa remuneração e pouca valorização social, como é o caso do emprego doméstico, contexto em que elas seguem sobre representadas (IPEA, 2013). Este cenário guarda estreita relação com as representações sociais construídas historicamente sobre a mulher negra. Desde o sistema escravocrata, base da constituição da sociedade brasileira, até a atualidade, os negros carregam consigo a marca da escravidão, expressa nos papéis que lhes têm sido atribuídos. Para bell hooks² (1995), no caso das mulheres negras, verifica-se uma insistência cultural em que elas sejam encaradas como empregadas domésticas, independente do status do trabalho ou carreira que ocupam.

No campo dos estudos de gênero o que se percebe é um processo de invisibilização das mulheres negras, uma vez que as produções têm discutido, em sua maioria, as disparidades de gênero sem abordar as especificidades das mulheres. Nesse caso, ao considerar, por exemplo, os números que retratam a participação das mulheres nas ciências no Brasil, pode-se incorrer em generalizações se não se atentar para o fato de que muitos dos dados disponíveis não levam em conta as especificidades que compõem a totalidade das mulheres brasileiras, dentre elas as diferenças raciais. Tal questão é afirmada por Isabel Tavares, Maria Lucia de Santana Braga e Betina Stefanello Lima (2015), que ressaltam que a maior parte das pesquisas produzidas no Brasil, que trata de mulheres e carreira científica, toma as experiências de mulheres brancas como referência. Tal aspecto é uma das lacunas apontadas por Luzinete Simões Minella (2013) em seu estudo sobre as temáticas prioritárias no campo de gênero e ciência no Brasil.

A questão da invisibilização da categoria “raça” é antiga. Ao retomar os anos 1970, momento marcado pelo ressurgimento de movimentos contestatórios, dentre os quais o Movimento Negro e o Movimento Feminista, que atuaram em prol da eliminação das desigualdades em suas diferentes faces, é possível verificar que “em ambos os movimentos as mulheres negras foram consideradas como “sujeitos implícitos”” (CRISTIANO RODRIGUES, 2013, p. 1). Se entre as mulheres a questão racial não era tida como fundamental, também entre os negros as diferenças entre homens e mulheres foi desconsiderada. No ano de 2000, Kia Lilly Caldwell escreveu o artigo “Fronteiras da diferença: raça e mulheres no Brasil” no

qual ela apontou o não reconhecimento da importância da raça e das diferenças raciais na constituição do gênero na maioria dos estudos feministas.

Soma-se a essas questões a dificuldade de acesso a estatísticas que documentem as diferenças raciais no âmbito da Educação Superior, o que poderia possibilitar uma análise mais acurada acerca da situação da mulher negra nesse espaço (JOSELINA SILVA, 2010). Segundo Amélia Artes e Arlene Martinez Ricoldi (2015), a maior parte das publicações que analisam o recorte cor/raça no contexto educacional está direcionada para a educação básica e, marginalmente, para os níveis mais elevados de ensino, como se as mulheres negras não estivessem lá.

A constatação de uma incipiência de estudos acerca da presença de mulheres negras no contexto acadêmico, na condição de professoras, lançou o desafio de se investigar esse cenário, uma vez que é perceptível a permanência de perspectivas teóricas que pouco problematizam as desigualdades raciais em determinados ambientes nos quais as relações se materializam, como é o caso do espaço acadêmico.

NOTAS SOBRE O PERCURSO METODOLÓGICO

Tendo em vista o objetivo de analisar a participação de professoras negras nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFMG, realizou-se um mapeamento do corpo docente de todos os PPGs, através de consulta em seus sítios eletrônicos, para obter a relação de professoras e professores. Tais informações possibilitaram prosseguir com a etapa de classificação racial das professoras, mas também com a proporção segundo o sexo nesse contexto. Considerou-se que esse dado poderia contribuir para uma compreensão mais apurada dos aspectos que marcam a intersecção de gênero e raça.

Para classificação das professoras segundo critérios raciais, tomou-se como base a Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que em 2013 incluiu no Currículo Lattes o item cor/raça. Este dado não está acessível ao público em função de seu caráter confidencial, mas pôde ser adquirido através de solicitação ao CNPq através de ofício enviado a essa agência. Para essa etapa, foi encaminhado ao CNPq uma relação com os nomes de todas as professoras que lotadas nos PPGs da UFMG e, em retorno, recebemos a informação da autodeclaração racial constante no Currículo Lattes de uma maioria delas. Nem todos os Currículos Lattes possuíam a informação “raça” preenchida; um percentual de currículos ou não continha nenhuma informação acerca desse item (campo sem preenchimento) ou a pesquisadora lançou mão da opção “não deseja declarar”. Ressalta-se, ainda, que a informação da autodeclaração racial veio desvinculada dos respectivos nomes, de forma a manter a confidencialidade dos informantes.

Os dados obtidos foram analisados à luz da interseccionalidade, aqui compreendida como uma ferramenta analítica que permite analisar as dinâmicas provenientes das interações de raça, gênero, classe, sexualidade e outras (TINA MATTSSON, 2014).

PROPOSIÇÕES ANALÍTICAS PARA O USO DA INTERSECCIONALIDADE

O termo “interseccionalidade” foi teorizado no ano de 1989 por Kimberlé Crenshaw, uma teórica feminista negra estadunidense, em um contexto de tensões no interior do movimento feminista. Em sua obra “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”, a autora situa sua discussão retomando o título do livro “All the women are white; all the black are men, but some of us are brave” de Gloria T. Hull, Patricia Bell Scott e Barbara Smith, que na tradução literal para o português pode ser lido como “todas as mulheres são brancas; todos os negros são homens, mas algumas de nós somos corajosas”, na qual ela explicita a tendência em estudos de tratar raça e gênero como categorias que se justapõem, mas não se interseccionam, além de serem limitadas às experiências de membros privilegiados desses respectivos grupos. Ou seja, entre as mulheres a questão racial não é fundamental e, entre os negros, as diferenças entre homens e mulheres são desconsideradas.

As razões que levaram Crenshaw a conduzir a análise da perspectiva interseccional foram, em primeiro lugar, a justaposição das categorias de raça e sexo, na qual a autora demonstrou a exclusão das mulheres negras das análises históricas, e a segunda referiu-se ao comprometimento que esse apagamento trouxe para as análises feministas e antirracistas. O fato de essas duas categorias serem de campos diferentes reforça a necessidade de uma análise combinada pela ideia da interseccionalidade, construída a partir da realidade na qual as mulheres negras estão imersas (LAURA MOUTINHO, 2014).

Reconhece-se que o pensamento interseccional é anterior à teorização do termo interseccionalidade. O emblemático discurso da personagem histórica Sojourner Truth, proferido na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, no ano de 1851, e que refletiu não apenas a sua preocupação com as desigualdades que a afetava e a outras mulheres negras, mas também a sua ciência acerca de um conjunto articulado de elementos que influenciava a sua posição como mulher negra afro-americana naquela sociedade é um exemplo disso (CARLOS EDUARDO HENNING, 2015).

Também na primeira metade da década de 1980 os debates e produções de ativistas acadêmicas como Ângela Davis, bell hooks, Audrey Lorde, Patrícia Hill Collins, cujas contribuições e indagações se relacionavam com a estabilidade homogeneizante da categoria “mulher” e a falta de um olhar para as consequências das formas combinadas de diferenciações na vida das mulheres, demonstravam inquietação em torno das articulações de distintas formas de diferenciações sociais. Naquela mesma década, no contexto brasileiro, verificou-se a recorrência de nomes como o de Lélia Gonzáles, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Luiza Bairros, Beatriz Nascimento, dentre outras, que contribuíram efetivamente para o aprofundamento dos debates sobre a importância da articulação das categorias de gênero e raça (RODRIGUES, 2013).

A interseccionalidade pode ser tomada como um conceito, uma ferramenta de análise, uma teoria, um método. O que ela será dependerá de seu uso (RODRIGUES, 2013). Esta abrangência foi pontuada por Sumi Cho, Kimberlé Williams Crenshaw e Leslie McCall (2013), que reconhecem que a interseccionalidade tem viajado em espaços e discursos, tem constado em um largo escopo de estudos e práticas, e tais fatos, além de demonstrar as capacidades

interseccionais, também ampliaram o seu foco generativo enquanto ferramenta analítica capaz de capturar e engajar contextos dinâmicos de poder.

Segundo Crenshaw (2002), são vários os motivos que contribuem para que análises que tomam concepções tradicionais de discriminação de gênero ou raça como referência não aconteçam de forma adequada. Por vezes, ocorre que a estrutura de gênero absorve os aspectos que seriam decorridos de um problema interseccional, levando a circunstância em que o problema ocorre a ter preponderância sobre as especificidades de um grupo. Há casos em que as discriminações enfrentadas por um subconjunto de mulheres são desconsideradas porque tal situação não faz parte das experiências de mulheres dos grupos dominantes.

O discurso sobre o tráfico de mulheres é um claro exemplo de como a estrutura de gênero se sobrepõe à questão racial. Quando esta questão é abordada, muitas vezes, não se considera as especificidades das mulheres que são traficadas. Não se trata, apenas, de um problema de tráfico de mulheres, mas sim de algumas mulheres cujo tráfico tem relação direta com a sua marginalização racial e social. Para Crenshaw (2002), nesta situação, a estrutura de gênero absorve os aspectos que seriam decorridos de um problema interseccional, o que inviabiliza a condução de análises efetivas e conseqüentemente as ações de intervenção.

No contexto educacional e de trabalho, mulheres estão sujeitas a discriminações especificamente por serem mulheres e/ou por não serem de grupos étnicos e raciais dominantes na sociedade. Nesses casos, elas podem ser excluídas de empregos designados para homens ou podem também ser excluídas de oportunidades femininas em função de seu perfil étnico-racial.

São inúmeras as situações que se configuram como opressão interseccional. Refletir sobre elas é dar substancialidade às conseqüências materiais da interseccionalidade e ampliar as percepções acerca das violações contra as mulheres, que muitas vezes ficam obscurecidas, principalmente por se dar em contextos nos quais forças econômicas, culturais, sociais, operam de forma silenciosa modelando o cenário no qual as mulheres estão imersas. (CRENSHAW, 2002).

Neste trabalho cujos sujeitos são mulheres negras, gênero e raça, apoiados pela teoria interseccional, emergem como categorias que carecem de um olhar mais acurado para que se percebam os impactos dessa interação nos contextos em que elas se inserem.

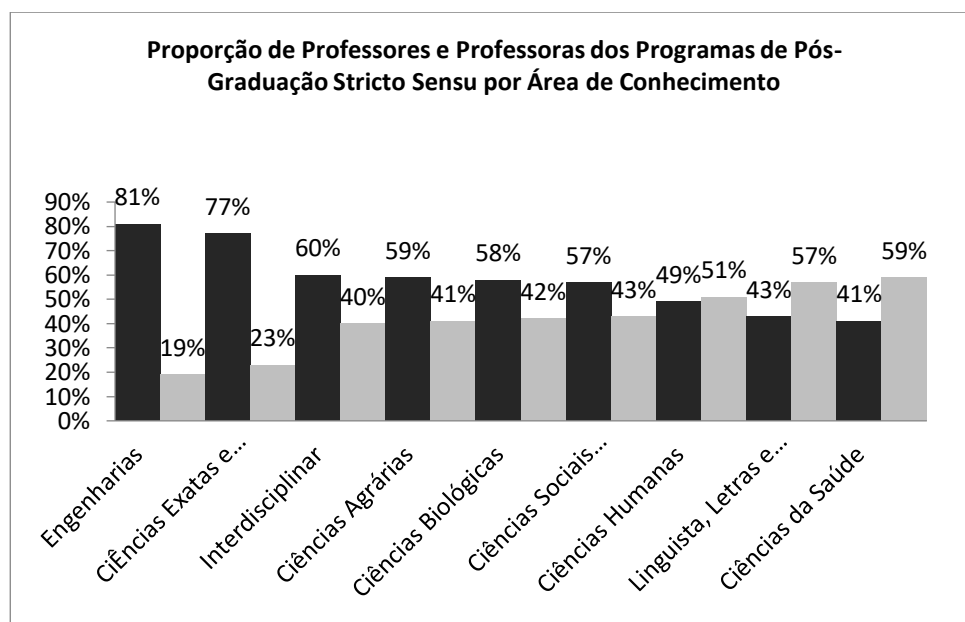
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até a data em que se findou o levantamento (mai./2017), verificou-se um total de 2411 docentes nos programas de pós-graduação stricto sensu da UFMG, sendo 1060 (44%) mulheres e 1351 (56%) homens. A diferença de 12% em relação ao percentual de homens e mulheres nos remete à discussão sobre a reversão da lacuna educacional entre os gêneros, considerada como uma das grandes conquistas obtidas pelas mulheres no século XX (KAIZÔ IWAKAMI BELTRÃO e JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES, 2009). Segundo Hildete Melo, Helena Maria Martins Lastres, Teresa Cristina de Novaes Marques (2004), tais mudanças possibilitaram um crescimento no número de mulheres engajadas em atividades científicas, no

entanto, a estrutura do corpo docente de professores(as) pesquisadores(as) nas diferentes áreas de conhecimento foi pouco impactada pela maior presença de mulheres naquele contexto.

Os números acerca da proporção por sexo nos PPGs da UFMG, se não analisados detidamente, podem levar à conclusão de que há igualdade de gênero no contexto da pós-graduação, já que em termos numéricos a diferença entre homens e mulheres é de apenas 12% de vantagem do primeiro grupo. No entanto, as especificidades dessa distribuição, verificadas no gráfico 01, revelam algumas questões:

Gráfico 1



Fonte: Souza, 2018.

Observa-se que as mulheres estão mais presentes nas Ciências da Saúde com uma vantagem percentual de 18% em relação aos homens. Na Linguística, Letras e Artes, e nas Ciências Humanas elas também são a maioria, porém a diferença em relação ao quantitativo de homens é bem menor, sendo apenas 2% na última área.

As demais áreas de conhecimento congregam mais homens em seus quadros, com destaque para as Engenharias que têm uma diferença percentual de 62% em relação à quantidade de mulheres.

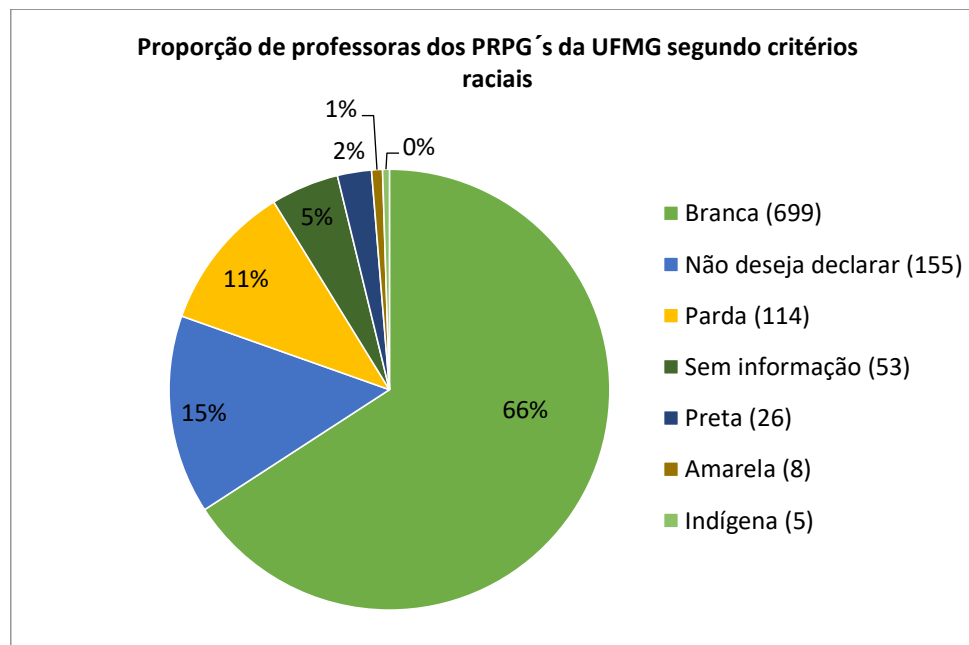
Historicamente, às mulheres foram atribuídas certas características como sendo-lhes intrínsecas: doçura, pureza, generosidade, maternidade, responsabilidade para com o ambiente privado. Tais características foram capturadas pelo discurso social de forma a justificar a inferioridade deste grupo e o seu direcionamento para áreas que mantêm estreita relação com o espaço privado (JANE SOARES DE ALMEIDA, 1998). O reflexo desta construção histórica está no cotidiano da atuação profissional de mulheres e homens, onde o trabalho disponível para as mulheres muitas vezes não é considerado adequado para homens (CRENSHAW, 2002) e vice-versa. No mapeamento do corpo docente dos PPGs da UFMG foi possível verificar a manutenção dessa lógica.

Distribuição das professoras nos programas de pós-graduação stricto sensu da UFMG segundo raça

Gênero e raça, enquanto categorias sociológicas analisadas na perspectiva interseccional, possibilitam a compreensão da construção social das diferenças que operam de maneira sistemática no cotidiano da sociedade, fazendo valer tratamentos diferenciados aos indivíduos. Márcio Mucedula Aguiar (2007) é enfático ao dizer das associações que são feitas entre a cor/raça do indivíduo e os significados simbólicos que estas possuem. Sendo assim, raça/cor e gênero são, no bojo dessa discussão, essenciais para pensar as hierarquias sociais no contexto da produção do conhecimento científico, que podem se materializar de diferentes formas.

O gráfico 2, que reflete a distribuição de professoras nos PPGs da UFMG segundo critérios raciais, evidencia que 66% da amostra se autodeclara branca, ou seja, mais da metade desta população. O segundo maior percentual refere-se às pardas, que representam 11% deste público. As professoras autodeclaradas pretas somam 2% do montante; seguidas das amarelas; 1%, e das indígenas, que não chegam a 1% do total. Chama atenção a quantidade de professoras que optaram por não declarar a sua pertença racial (15%) e aquelas que deixaram esse campo sem qualquer informação (5%). O que pode sugerir esse silêncio?

Gráfico 02



Fonte: Souza, 2018

O gráfico acima suscita inúmeras questões acerca da presença/ausência de mulheres negras como professoras no contexto da pós-graduação stricto sensu da UFMG e sobre os motivos que as tornam tão poucas neste espaço.

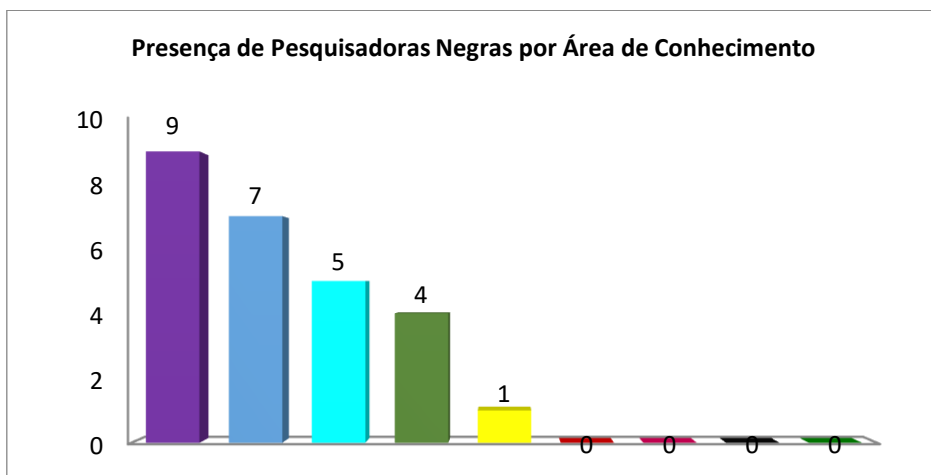
Em que áreas de conhecimento estão as professoras autodeclaradas pretas?

No gráfico 03 observa-se que a Linguística, Letras e Artes é a área de conhecimento que possui maior número de professoras negras atuando em seus PPGs, seguida pelas Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Ciências Sociais. Nas demais áreas não há registro de professoras que se autodeclararam pretas.

LEGENDA 01

- Linguística, Letras e Artes
- Ciências da Saúde
- Ciências Humanas
- Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Biológicas
- Engenharias
- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Agrárias
- Interdisciplinar

Gráfico 03



Fonte: Souza, 2018

Confirma-se aqui uma tendência apontada por Hustana Maria Vargas (2010) de que, no geral, as carreiras ditas masculinas têm menor participação de pretos e pardos, e as carreiras ditas femininas tem maior participação desses grupos.

Quais as características da inserção de professoras autodeclaradas pretas em programas de pós-graduação stricto sensu da UFMG?

O gráfico 04 apresenta a distribuição das professoras autodeclaradas pretas nos programas de pós-graduação em que elas estão presentes. A legenda 02 permite visualizar em quais áreas de conhecimento esses programas estão inseridos.

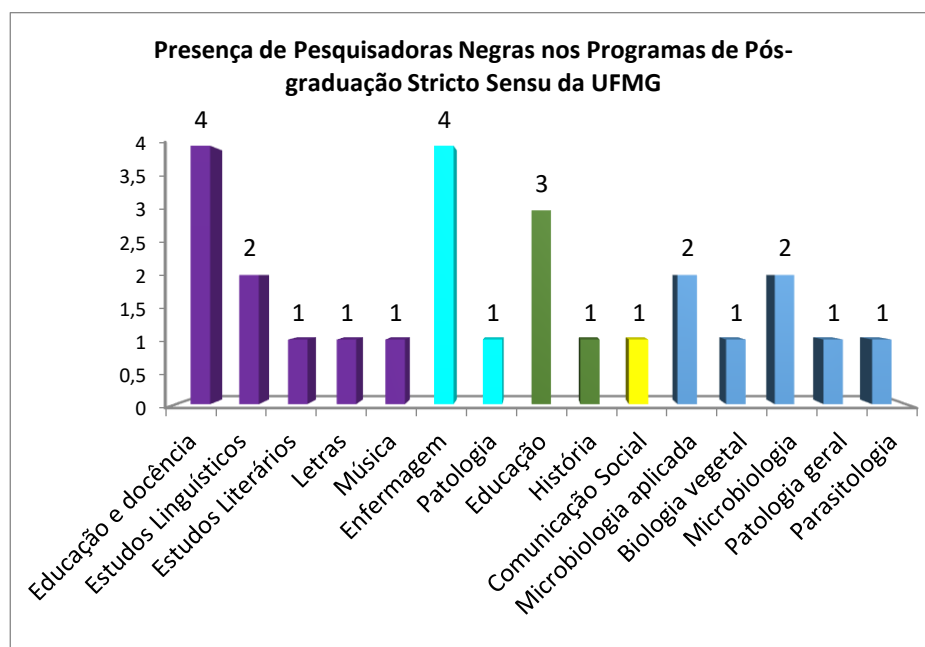
Nota-se que na Linguística, Letras e Artes só não ha professoras pretas no programa de Artes. Nos demais, elas estão presentes, sendo em maior número no programa de Educação e Docência, onde somam 04, assim como no programa de

Enfermagem (Ciências da Saúde). O segundo programa com maior número de professoras pretas (3) é a Educação, que se concentra na área das Ciências Humanas, seguida da Microbiologia (Ciências Biológicas) com 02 e os demais programas que contam cada um com apenas 01 professora preta.

LEGENDA 02 – Áreas de conhecimento dos programas de pós-graduação

- Linguística, Letras e Artes
- Ciências da Saúde
- Ciências Humanas
- Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Biológicas

Gráfico 04



Fonte: Souza, 2018

Se as mulheres seguem confinadas em determinadas áreas de conhecimento, mas aos poucos estão se fazendo presentes em espaços considerados majoritariamente masculinos, ao analisar a situação de mulheres negras no contexto acadêmico vê-se que a situação é ainda mais complexa.

Ao lançar mão da interseccionalidade para compreensão das dinâmicas que se organizam a partir da interação dos eixos de subordinação gênero e raça, verificou-se um impacto no conjunto das mulheres negras. Enquanto as professoras brancas transitam, mesmo que com certa restrição, em uma quantidade maior de áreas de conhecimento e programas de pós-graduação stricto sensu, constata-se que as professoras pretas estão claramente limitadas a áreas de conhecimento e programas específicos.

Vale aqui resgatar a metáfora da avenida, que diz que cada eixo de poder, neste contexto representado por gênero e raça, constitui uma avenida que irá estruturar as dinâmicas que operam nos diversos espaços da sociedade (CRENSHAW, 2002). O sujeito que se posiciona em diferentes eixos de poder receberá os impactos provenientes de cada um deles. As professoras brancas se posicionam na avenida cujo eixo de poder é o gênero. Ali elas vivenciam os

impactos provenientes da direção em que estão posicionadas. As professoras pretas se posicionam em duas avenidas: uma, cujo eixo de poder é o gênero; e a outra, cujo eixo é a raça. Posicionadas nos pontos em que se interseccionam gênero e raça, elas são atingidas pelos impactos derivados dessas duas direções. Daí se pode compreender como as desigualdades se estruturam nas distintas realidades das professoras dos PPGs da UFMG.

Segundo Gilda Olinto (2011), as carreiras são marcadas por questões de gênero, sendo assim algumas profissões serão as mais indicadas para as mulheres, mas certamente não serão para os homens. Fazendo um paralelo com esta afirmação, pode-se dizer também que algumas profissões estão marcadas pelas questões de raça, denotando o que Carolina Orquiza Cherm (2014) descreve com a divisão racial do trabalho. Nesta dinâmica, raça e divisão do trabalho se estruturam de forma associada, sugerindo um direcionamento dos segmentos populacionais para determinadas profissões com base em sua raça/cor.

Para além do direcionamento para determinadas áreas de conhecimento, os dados sugerem exclusão de mulheres negras no campo da docência no ensino superior, mais precisamente no contexto da pós-graduação *stricto sensu*. Conforme reflete Crenshaw (2002), as mulheres são excluídas de empregos designados para homens porque são mulheres. As mulheres negras, além de serem excluídas de empregos designados para homens porque são mulheres, também são excluídas de oportunidades direcionadas para as mulheres em função de seu perfil racial. São complexas, portanto, as dinâmicas que estruturam e operam as relações sociais que se dão no âmbito da educação superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática, objeto da discussão acima, referiu-se à participação de professoras negras, autodeclaradas pretas, nos PPGs da UFMG, tendo em vista a necessidade de estudos que possam identificar a presença deste grupo em espaços institucionalizados de produção de conhecimento, além de atualizar o debate acerca da falta de diversidade étnico-racial nas universidades brasileiras.

O artigo de Silva (2010) intitulado “Doutoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais”, tomou como referência dados de 2005 e demonstrou o quão alarmante era a superioridade numérica de mulheres brancas doutoradas na docência universitária em relação às mulheres negras naquele mesmo contexto. Também Euclides e Silva (2016) e Silva (2015) pontuaram a subrepresentatividade de professoras negras no espaço universitário, principalmente em níveis mais altos de ensino. Segundo essas autoras, tal questão evidencia o reflexo das desigualdades e hierarquias raciais existentes na sociedade brasileira.

Os resultados obtidos na referida pesquisa de mestrado (FERNANDA APARECIDA DE SOUZA, 2018), e trazidos neste artigo de forma parcial, revelam a mesma discrepância no contexto particular da pós-graduação *stricto sensu* da UFMG. Porém, mais do que isso, os dados revelam que além de serem poucas, as professoras autodeclaradas pretas estão situadas em áreas de conhecimento muito específicas, que podem ser consideradas de menor prestígio social, de acordo com estudos sobre a hierarquia das profissões. (VARGAS, 2010).

A opção por iniciar a exposição dos dados apresentando a proporção por sexo nos PPGs da UFMG teve a intenção de ampliar as possibilidades de análises

interseccionais no referido contexto, considerando a importância de se compreender, de forma mais apurada, as dinâmicas que se estabelecem na intersecção de gênero e raça.

A inserção da variável raça no conjunto de professoras dos PPGs da UFMG trouxe à tona uma dinâmica diferente quando se considerou apenas a categoria gênero. Os dados evidenciaram que há professoras autodeclaradas brancas em todas os programas de pós-graduação *stricto sensu*, mesmo que em quantidades ínfimas. Sem desconsiderar o agravante da manifesta exclusão de mulheres de espaços historicamente constituídos no e pelo masculino, reitera-se que, enquanto as professoras autodeclaradas brancas transitam, mesmo que com evidente restrição, por todas as áreas de conhecimento e programas de pós-graduação *stricto sensu*, as professoras pretas estão claramente segregadas há algumas poucas áreas de conhecimento e em programas específicos dessas respectivas áreas.

Retomando as informações, constata-se que das 9 áreas de conhecimento da UFMG, a saber: a Linguística, Letras e Artes, as Ciências da Saúde, as Ciências Humanas, as Ciências Sociais e Aplicadas, as Ciências Biológicas, as Engenharias, as Ciências Exatas e da Terra, as Ciências Agrárias e a Interdisciplinar, não identificou-se qualquer professora autodeclarada preta nas Engenharias, nas Ciências Exatas e da Terra, nas Ciências Agrárias e na Interdisciplinar. E mesmo nas áreas onde foi possível verificar certa representatividade desse grupo, os números encontrados são ínfimos, como mostrado no gráfico 4.

Vale aqui resgatar a metáfora da avenida (CRENSHAW, 2002) que diz que cada eixo de poder, neste contexto representado por gênero e raça, constitui uma avenida que irá estruturar as dinâmicas que operam nos diversos espaços da sociedade. O sujeito que se posiciona em diferentes eixos de poder receberá os impactos provenientes de cada um deles. As professoras autodeclaradas brancas se posicionam na avenida cujo eixo de poder é o gênero. Ali elas vivenciarão os impactos provenientes da direção em que estão posicionadas. As professoras pretas se posicionam em duas avenidas, uma cujo eixo de poder é o gênero e a outra cujo eixo de poder é a raça. Posicionadas nos pontos nos quais se interseccionam gênero e raça, elas serão atingidas pelos impactos provenientes dessas duas direções. Daí se pode compreender como as desigualdades se estruturam nas distintas realidades de professoras dos PPGs da UFMG. As consequências da intersecção desses eixos são inúmeras, sendo a exclusão e a segregação algumas delas.

Frente ao quantitativo de 26 professoras pretas, pergunta-se por que elas são tão poucas? Tal pergunta, embora não tenha sido objeto deste estudo, se impõe e não pode ser negligenciada. Compreende-se que uma questão dessa natureza, para ser respondida de maneira responsável, requererá análises a partir de diferentes perspectivas, afinal a questão da desproporcionalidade racial aponta para várias direções de problemas, sendo, inclusive, a questão da autodeclaração racial ou a não declaração, um deles.

Outro aspecto que os dados apresentados permitem sublinhar é a importância de se conceber ações que estimulem a juventude negra ao ingresso em carreiras de prestígio social, com vistas a impactar a hierarquia dos cursos e profissões, já que, conforme afirma Vargas (2010), a população negra, quando presente no Ensino Superior, está, em sua maioria, em cursos de menor prestígio

social. A presença de estudantes negras e negros nas diferentes áreas de conhecimento é uma questão relevante na discussão sobre representatividade negra no contexto da docência na pós-graduação.

Feitos tais apontamentos, considera-se que a reflexão aqui realizada abre caminhos para que novos estudos acerca da representatividade da população negra no contexto educacional e em espaços de produção de conhecimento científico sejam realizados, estudos que, inclusive, evidenciem a contribuição de pesquisadoras e pesquisadores negros na produção científica.

The presence of black teachers in UFMG postgraduate programs

ABSTRACT

This article aims at analyzing the participation of self-declared Black female professors of the Federal University of Minas Gerais' Graduate Programs, considering the need for studies able to map the presence of black women in institutionalized spaces of knowledge production. As well as updating the debate about the lack of racial diversity in Brazilian universities. In order to achieve the proposed objectives, a mapping of the Black female professors was carried out on the websites of the programs and, afterwards, their racial belonging was identified, according to the self-declaration informed in their electronic resume. The data obtained show exclusion and segregation of Black females professors in the ambit of Graduate Program. Analyzed in the light of intersectionality, there is a complex dynamic that structures and operates social relations in this context of professional performance.

KEYWORDS: black teachers. Production of scientific knowledge. Stricto sensu postgraduate. Intersectionality

La presencia de catedráticas negras en los programas de posgrado de la UFMG

RESUMEN

Este artículo tuvo como objetivo analizar la presencia de catedráticas negras en los programas de posgrado de la UFMG, en vista de la necesidad de estudios que mapeen la presencia de mujeres negras en espacios institucionalizados de producción de conocimiento y la actualización del debate sobre la ausencia de diversidad racial en las universidades brasileñas. Para lograr el objetivo propuesto, se realizó un mapeo del personal docente en los sitios web de los programas y, posteriormente, la identificación de la pertenencia racial de las docentes, según la autodeclaración informada en el currículum electrónico. Los datos obtenidos muestran exclusión y segregación de catedráticas negras en el ámbito del programas de posgrado en la UFMG. Analizado a la luz de la interseccionalidad, existe una dinámica compleja que estructura y opera las relaciones sociales en este contexto de desempeño profesional.

PALABRAS CLAVE: Catedráticas negras. Producción de conocimiento científico. Graduado stricto sensu. Interseccionalidad.

NOTAS

¹ A classificação racial proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se tornou oficial desde 1991, propõe os seguintes itens para a autotranscrição: branco, preto, pardo, amarelo e indígena, sendo que pretos e pardos são compreendidos como dentro da categoria negros (FÁTIMA OLIVEIRA, 2004). Esclarece-se que as análises aqui realizadas basearam nos números referentes às professoras autodeclaradas pretas. No entanto, no decurso deste estudo, referiu-se a elas como professoras negras. A escolha por esse grupo fundamentou-se em discussões sobre a forma como o preconceito racial opera no Brasil, ou seja, a sua intensidade pode variar de acordo com os traços fenotípicos (ORACY NOGUEIRA, 2006, TAINAN SILVA E SILVA, 2017).

² Gloria Jean Watkins nasceu em Kentucky, EUA em 25 de setembro de 1952. É escritora e militante feminista. Adotou como pseudônimo o nome de sua avó (bell hooks) e prefere que seja escrito em minúsculo para que a atenção seja concentrada em sua mensagem ao invés de em si mesma (GRAFIAS NEGRAS, 2013).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 1, n. 36/37, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14393/cdhis.v1i37.1204>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Unesp, 1998

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, out./dez. 2015 <Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198053143273>> Acesso em: 03 abr. 2016.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami, ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci-arttext&pid=S010015742009000100007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>>. Acesso em: 02 jul. 2016

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, jan. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922>>. Acesso em: 19 set. 2017.

CHERFEM, Carolina Orquiza. **Consustancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/associativo**. Tese (Doutorado), 2014, 286f. Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/254089>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé Williams; McCALL, Leslie. Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis. **Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 38, n. 4, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/669608>>. Acesso em 25 de Nov. 2017

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em: 14 de ago. 2017.

EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. Professoras negras em universidades públicas do Ceará: das práticas de enfrentamento aos afrontamentos raciais. **Revista de Ciências Humanas**. Viçosa, v. 16, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol16/artigo7dvol16-1.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017

GOMES, Verônica Maria da Silva. Indivíduos? fora de lugar?: O caso dos(as) docentes negros(as) nas relações de trabalho na Universidade de Brasília. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 19, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci-arttext&pid=S0102-69922004000100022&lng=en&nrm=iso>> Acesso em: 23 nov. 2017.

GRAFIAS NEGRAS. Personalidades negras – Bell Hooks, 2013. Disponível em <http://grafiasnegras.blogspot.com/2013/10/personalidades-negras-bell-hooks.html>. Acesso em: 29 out. 2019.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 02, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p97> >. Acesso em: 16 ago. 2017.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, jan. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>> Acesso em: 05 jul. 2016.

IPEA. Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes/ Tatiana Dias Silva, Fernanda Lira Goes, Organizadoras. Brasília, 2013.

MATTSSON, Tina. Intersectionality as a Useful Tool: Anti-Oppressive Social Work and Critical Reflection. **Journal of Women and Social Work**, Sweden, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi:10.1177/0886109913510659>>. Acesso em: 14 de ago. 2017.

MELO, Hildete; LASTRES, Helena Maria Martins; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. **Gênero**, Niterói, v. 1, n. 2, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/rg.v4i2.247>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

MINELLA, Luzinete Simões. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, 2013. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332013000100003>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 42, jun./2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

NATEL, Elisabeth Santos. **Educação das relações étnico-raciais: as sagas e resiliências das mulheres negras profissionais em três ambientes universitário**. 2014. 183f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Leopoldo. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3094>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12545>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

OLINTO, Gilda (2011). A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5, n. 1, jul/dez. 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/handle/123456789/427>> Acesso em 05 abr. 2016.

OLIVEIRA, Fátima (2004). Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, abr. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100006>> Acesso em 27 jun. 2017.

RODRIGUES, Cristiano (2013). Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil, *IN: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 10., 2013, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis, Editora da UFSC, 2010.

SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 1, jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n1p19>>. Acesso em: 19 out. 2016.

SILVA, Tainan Silva e. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. **Direito UNIFACS**, Salvador, n. 201, 2017, Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4760/3121>> Acesso em: 20 jan. 2018.

SILVA, Viviane Angélica. **Cores da tradição: uma história do debate racial na Universidade de São Paulo (USP) e a configuração racial do seu corpo docente**. 2015. 307f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo - USP, Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19112015-133530/pt-br.php>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

SOUZA, Fernanda Aparecida. **A participação de pesquisadoras negras de programas de pós-graduação stricto sensu da UFMG na produção do conhecimento científico.** 2018. 138f. Dissertação (Mestrado) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG, Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica. Minas Gerais. Disponível em: <https://sig.cefetmg.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=302>. Acesso em: 19 jul. 2019.

TAVARES, Isabel; BRAGA, Maria Lúcia de Santana; LIMA, Betina Stefanello. Análise sobre a participação de negras e negros no sistema científico, 2015. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/1f95db49-f382-4e22-9df7-933608de9e8d>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

VARGAS, Hustana Maria. Sem perder a majestade: “profissões imperais” no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, n. 28, 2010. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/index.php/estudos/article/viewFile/2553/217>>. Acesso em 24. abr. 2016.

Recebido: 04 nov. 2019.

Aprovado: 09 jan, 2020.

DOI: 10.3895/cgt.v13n42.11041.

Como citar: SOUZA, Fernanda Aparecida de; VALENTIM, Silvani dos Santos. A participação de professoras negras nos programas de pós-graduação da UFMG. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 13, n. 42, p. 45-61, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Fernanda Aparecida de Souza

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901, Brasil.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

